

NOTÍCIAS AFRICANAS 23

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 9 A 15 DE AGOSTO DE 1993

MOÇAMBIQUE

Finalmente em debate a lei eleitoral

Ao fim de quatro meses de marchas e contramarchas, a Frelimo, a Renamo e os 12 partidos "emergentes" – ou da "oposição não-armada", como eles preferem – se reuniram em Maputo, em 27 de julho passado, para discutir os 289 artigos de um anteprojeto da lei eleitoral capaz de viabilizar o pluripartidarismo em Moçambique e as eleições gerais de 1994.

A reunião foi antecedida de bastante suspense. A Renamo considerou o anteprojeto muito tendencioso e quis que o representante do secretário geral da ONU em Moçambique, Aldo Ajello, formasse uma nova comissão, com assessoria internacional, para elaborar um novo anteprojeto. Ajello obtemperou que isso atrasaria todo o calendário eleitoral. A maioria dos partidos "emergentes", embora apoiando algumas críticas da Renamo, solicitaram que esse partido reconsiderasse sua posição. Consultada a base central da Renamo em Moringoé, na Gorongosa, veio finalmente a aprovação do líder rebelde Afonso Dhlakama.

Tempos atrás, havia surgido um outro obstáculo, desta vez posto pelo governo. Este pretendia que a conferência pluripartidária fosse apenas consultiva, cabendo à Assembleia Nacional a decisão final sobre a lei eleitoral. Toda a oposição protestou, alegando que a Assembleia era formada só por deputados da Frelimo, antigo partido único. O governo acabou por ceder e a conferência elaborará o texto que a Assembleia de-

verá apenas ratificar, sem alterações.

Esses soluções no processo eleitoral moçambicano vêm sendo cada vez mais frequentes e graves. O respeito ao cessar-fogo – uma surpreendente e auspiciosa característica da transição no país – já não mais existe. São em número de 43 as acusações de violação aos acordos de paz por ambas as partes e que já começaram a ser investigadas pela missão da ONU. As diferenças no terreno, com a Renamo impedindo a livre circulação nas zonas sob seu controle, pedem uma solução do mais alto nível, isto é, um encontro do presidente Chissano com Dhlakama, que este último adiou por várias vezes. Parece que finalmente ele deu um sinal positivo para essa reunião, em breve.

Entretanto, como resposta a essa extrema bipolarização, devida aos dois partidos "armados", a sociedade civil procura se organizar. Uma comissão de cidadãos, com o patrocínio do poeta José Craveirinha, do bispo metodista Dom Dinis Seagulane e do líder do Conselho Islâmico de Moçambique, o cheque Aboobacar, criou, semana retrasada, um foro cívico de defesa da paz. Esse foro pretende exercer forte pressão sobre a comissão da ONU no país, no sentido de impedir que a paz seja manipulada pelo jogo de forças entre o governo, a Renamo e os outros partidos.

José Maria Nunes Pereira

Tome nota

● Restrições aos estudantes dos Palop em Portugal foi o tema da reunião entre os embaixadores dos cinco países africanos de língua portuguesa e o ministro português da Educação. Uma nova portaria só permite a entrada livre no ensino superior de Portugal de bolsistas da Comunidade Europeia e da Fundação Gulbenkian. Ficam de fora os bolsistas dos governos africanos e das Igrejas. O ministério prometeu, a título excepcional, examinar caso a caso os pedidos. Devido à guerra, os estudantes provenientes de Angola estarão, este ano, livres dessa restrição.

● Manobra diplomática da Unita faz deslocar para Paris grande parte da delegação de Lisboa desse movimento rebelde. As suas relações com o governo português estão cada vez piores, sobretudo devido à questão dos reféns portugueses detidos durante tanto tempo no Huambo. Representa também uma tentativa da Unita de se reaproximar de Paris através da intermediação do representante do secretário geral da ONU em Angola, o maliense Alioune Blou-din-Beye, amigo de Savimbi e muito próximo dos interesses franceses na África. Por outro lado, a Unita se aproxima também dos árabes, via eficaz para a compra de armamentos.

● Dança das cadeiras na Assembleia Nacional de Angola com o pedido de impugnação do mandato de Carlos Morgado, líder da Unita no Parlamento, e a incorporação de Abel Chivukuvuku, ex-ministro do Exterior dos rebeldes, eleito deputado nas eleições de 1992. A cassação de Carlos Morgado, médico de Savimbi, foi pedida por ele ter se refugiado em Portugal e, portanto, ter se ausentado da Assembleia por mais de 45 dias. Segundo o independente *Correio da Semana*, de 25 de julho, é provável que Chivukuvuku assuma a liderança da dezena de deputados da Unita que aceitaram participar da Assembleia Nacional depois do reinício das hostilidades em novembro passado.

● A estatal angolana de diamantes está perdendo US\$ 40 milhões por dia com a ocupação, pela Unita, da maior parte das suas minas, incluindo a maior delas, Cafunfo, e a de Luzamba, explorada em conjunto com a empresa brasileira Norberto Odebrecht. Resta a grande mina de Lucapa, de posse do governo, mas onde milhares de garimpeiros fora da lei são perseguidos até de helicópteros pelos 200 seguranças da Ediana. (JMNP)

NESTA EDIÇÃO

ANGOLA

- O processo (Pág. 3)
- Matar e morrer em Angola (Pág. 4)
- Infelizmente desconsequimos (Pág. 5)
- Legitimar a guerra (Pág. 6)

ÁFRICA DO SUL

- Race to the top (Pág. 7)
- Blood (Pág. 8)
- Buthelezi mantém boicote (Pág. 8)
- Debate constitucional e chacina na

África do Sul (Pág. 8)

- Sul-africanos propõem comunidade económica (Pág. 8)
- Herança zulu agita África do Sul (Pág. 9)
- Futuro incerto (Pág. 9-12)

MOÇAMBIQUE

- Pinguépongue enervante (Pág. 12)
- Intervenção civil (Pág. 13)
- Ex-guardas agitam Maputo (Pág. 14)

ÁFRICA DO SUL

Inkhata e ANC enfrentam insatisfações internas

Novamente a crise política sul-africana é acelerada por uma espiral de violência. São centenas as vítimas dos confrontos acontecidos nas últimas semanas. Está em funcionamento a fonte de instabilidade mais perigosa na África do Sul: a rivalidade entre o Inkhata e o ANC. No entanto, a violência enfrentada agora pela África do Sul não tem conteúdo exclusivamente político. Aparentemente, grupos armados antes ocupados em combater o *apartheid* estão espalhando o terror e a desesperança entre os sul-africanos.

O Estado sul-africano não reúne as condições necessárias para exercer o monopólio da violência. Isso torna difícil dissociar violência política da violência puramente criminosa, pois as várias milícias existentes muitas vezes se incumbem de impor a ordem de forma violenta. Em alguns bairros negros, é vedada a presença da polícia.

O recrudescimento dos confli-

tos entre o Inkhata e o ANC é consequência da proeminência política cada vez maior atingida pelo último. As opções políticas do Inkhata são bastante limitadas e evidenciam freqüentes alianças com a direita branca. O futuro eleitoral do movimento não é muito promissor. Nem mesmo entre os zulus o Inkhata exerce inteiro domínio. São muitos os integrantes desta etnia nos quadros do ANC.

A cúpula do ANC encara agora momentos de extrema delicadeza. Seus liderados reclamam o retorno do braço armado do movimento, discutem a validade dos acordos com o Partido Nacional e vêem com apreensão e insatisfação as concessões feitas pelos representantes do ANC na mesa de negociações. Sobretudo na juventude do movimento, acontecem reações e, também, a utilização oportunista e política do descontentamento.

Roquinaldo Amaral Ferreira

ANGOLA

Contra-ofensiva militar do governo

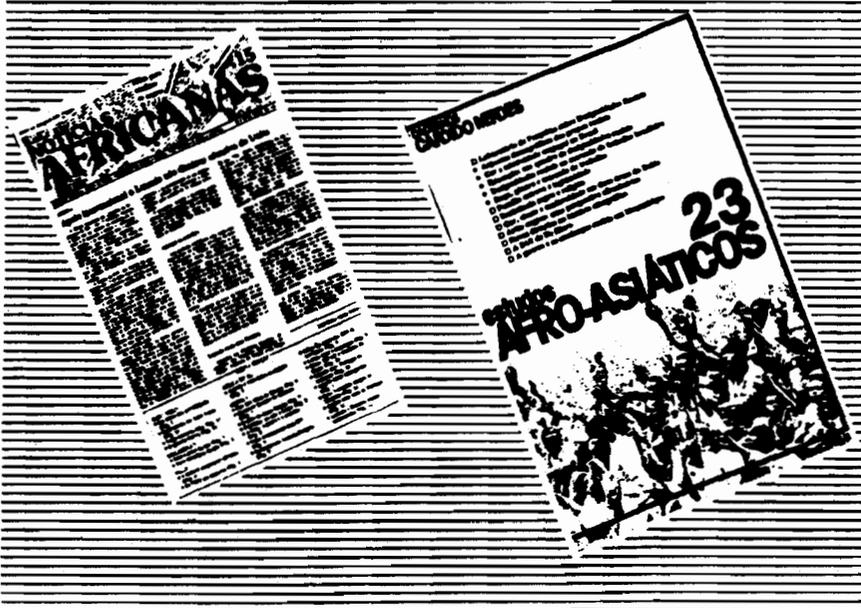
Embora as cidades de Cuíto e Menongue continuem sujeitas a um férreo cerco das tropas da Unita, uma contra-ofensiva das Forças Armadas Angolanas desencadeada desde a semana retrasada ajudou a diminuir a pressão sobre essas cidades e possibilitou a retomada do Cubal, a oeste do Huambo. Trata-se de impedir que a Unita possa atingir o litoral através da província de Benguela. Também os rumores de que Cabinda estaria prestes a ser invadida por tropas da Unita acantonadas no Zaire não se confirmaram.

Essa contra-ofensiva é um sinal de que as Forças Armadas, reapetrechadas e disciplinadas, começam a sair da fase embrionária em que se encontravam até há pouco tempo, quando da sua formação como exército único após os Acordos de Bicesse. No entanto, não desapareceram os rumores sobre descontentamento entre os militares, incluindo uma resistência à nomeação, para postos importantes de comando, de ex-generais da Unita que não obedeceram a Savimbi e se incorporaram nas Forças Armadas.

Um editorial do *Jornal de Angola*, de 3 de agosto, refere-se a esses desentendimentos "em forma de alardes em volta de um hipotético mal-estar entre oficiais das FAA que poderiam levar a um golpe de Estado". Um pouco adiante o editorial justifica que, "conhecida a fase embrionária por que passam as FAA, seria injusto exigir-lhes melhores prestações no terreno militar". Mais adiante ainda, argumentando sobre a necessidade de uma guerra total contra os rebeldes, o editorial afirma que "até mesmo antigos aliados da Unita reconhecem essa necessidade, que não pode ser confundida com a extinção do partido do galo preto (Unita), sem dúvida uma força com representação considerável entre a população e com direito a participar pacificamente na reconstrução do país." (JMNP)

FAÇA JÁ
SUA ASSINATURA

LIGUE
331-2000
R. 239





vozes em português

*Pepetela**

PÚBLICO, 25 7 93

O processo

Muitas vezes fico em conversa com o meu quase-compadre Adão Domingos, bate-chapas no Bairro Sambizanga, em baixo da mangueira do quintal, varrendo umas geladinas. Devo esclarecer que compadres toda a gente tem. Mas eu e o Adão somos quase-compadres. Isto porque ele um dia confessou que eu teria de ser padrinho do seu próximo filho. Ficámos combinados. Ele já tem seis filhos, dois de cada uma das três mulheres que engravidou. Mas depois chegámos ao trato, não sei se por feitiço da combina ou outra razão, a sua felicidade caiu a pique.

Os anos acumulam-se e nenhuma das suas mulheres consegue dar-lhe o rebento que me faria padrinho. Por vezes refere-se ao facto, como que a desculpar-se. Adiantando logo a sua frustração por não poder povoar suficientemente o país. E quando lhe digo que isto de sub ou sobrepopulação é tudo muito relativo, pois cada país deve ter a população que pode alimentar, ele retruca que fazer mais um filho é um dever que contraiu perante mim. Por isso, passámos a tratar-nos por quase-compadres.

A introdução vem a propósito de um dos seus desabafos, pois como bate-chapas muitos carros espatifados lhe caem na oficina. Talvez por isso ele repare em coisas que nem nos passam pela cabeça. Um dia disse: "Sabe, quase-compadre, sem ter sido anunciado, nós já fazemos parte da Comunidade Europeia." Mostrei minha estranheza, pois me prezo de ser pessoa razoavelmente informada. Pedi explicações. "Pois então não vê a quantidade de carros que andam por aí pintados com vacas de fábricas de laticínios da Holanda ou com anúncios de reparadores de esquentadores da Alemanha?"

Passsei a abrir mais os olhos pelas ruas e não é que meu quase-compadre tem razão? É incrível a quantidade de carros, mini-autocarros ou furgões que Luanda comporta com anúncios nas línguas dos gringos, mas muito especialmente holandês e alemão. Provavelmente também da Bélgica, só que não sei distinguir língua de "boer" da Bélgica ou da Holanda, se é que existe alguma diferença.

Alguns exemplos: furgão (nós aqui chamamos kombi) grande anunciando em alemão que se reparam estores, ou arcas frigoríficas. Camião fechado com dizeres de uma qualquer empresa de mudanças. Em alemão ainda, carro duma lavandaria de Salzburgo, Áustria.

O mais curioso foi um autocarro de sessenta lugares que ainda ostenta no frontispício a direcção Pflingen Oost, o que será provavelmente uma localidade ou bairro da Holanda. Outro exemplo, este bonito, é o autocarro que serviu algum jardim infantil na Alemanha, todo ele pintado de flores e animais, num verdadeiro festival psicadélico. E ninguém se preocupa em pintar os carros. O que importa é que eles andem e cubram rapidamente o investimento.

Tudo se deve ao celeberrimo "Processo 500", que hoje já deveria ser chamado de "Processo 5000", devido à inflação. Uns anos após a independência, devido ao colapso dos transportes colectivos, começou a assistir-se a um fenómeno nada original em África, mas que os europeus provavelmente desconhecem. Particulares (alguns) e funcionários conduzindo viaturas do Estado (muitos) começaram a transportar pessoas que pediam boleia, mas cobrando o trajecto a 500 kuanzas. Daí o primeiro nome de "Processo-cabeça-quinhento".

A fase seguinte foi a compra na Holanda e Bélgica de carros de segunda mão para este "processo". O mais prático era o mini-autocarro Hiace. E constituíram-se verdadeiras frotas particulares e ilegais. Até que, com a abertura do mercado livre, a prática foi legalizada.

Ultimamente tem sido polémica a designação dos que se dedicam ao Processo, já organizados numa associação que dita os preços. A população chama-lhes candongueiros, nome injusto, mas que deriva do período em que não estavam legalizados.

Eles arrogam-se o dignificante nome de taxistas, o que é rejeitado por todos, pois de facto não são táxis. Funcionam em trajectos fixos, com paragens instituídas pelo uso popular e que todos conhecem. Geralmente nos sítios mais prejudiciais ao trânsito. E nos mercados de maior afluência, como no Roque Santeiro, têm mesmo pregoeiros: "Partida para Nzamba 2, Precol, Quinta Avenida." Ou: "Partida para Trapalhães, Sagrada Família, Bairro Operário." São geralmente crianças de voz forte que fazem este papel. E que vão "esquecendo" de ir à escola.

A bem ou a mal, os autocarros vão tapando os furos causados pela quase inexistência de maxibombos da empresa de transportes públicos. E vão assustando os motoristas com os verdadeiros atentados às regras de trânsito que cometem. Mas não é um dos factores que dá animação a este surrealismo todo? Por isso não é de admirar que se comprem carros usados na Europa que aí serviam para outros usos, com o fim de ligar os bairros suburbanos ao centro desta metrópole quase ingovernável.

Tem todo o sentido a reflexão malandra do meu amigo Adão Domingos. Graças aos candongueiros, que foram os primeiros a instituir a economia de mercado entre nós, também passámos de caxexe para o clube dos ricos, vulgo CE, pelo menos se nos distrairmos a ver os carros passar... O que temos feito toda a vida! Só que se torna cada vez mais difícil ser aceite nas fronteiras da "nossa" comunidade com os passaportes que usamos. O que nos faz logo cair na realidade. Resta-nos sonhar ao ver os anúncios psicadélicos passar... ■

* escritor angolano

Matar e morrer em Angola

Maria Antónia Palla*

PÚBLICO, 25 7 93

O massacre programado de populações civis e a condenação à morte de militares "negligentes" são algumas das medidas constantes de um documento da Presidência da República angolana que me chegou às mãos através de uma embaixada acreditada em Luanda e de uma conhecida fundação alemã. Duas fontes distintas e substancialmente creíveis.

O "Plano de Acção Político/Diplomático e Militar contra a UNITA", assim se intitula o documento datado de 15 de Maio passado e subscrito pelo ministro junto da Presidência da República, José Leitão da Costa e Silva, em nome do chefe de Estado, enumera um conjunto de acções militares para "desacreditar Savimbi e a sua facção militarista e tirânica", criando condições para o reconhecimento da "ala liberal e democrática da UNITA que já se encontra ao nosso serviço".

Determina a criação de obstáculos "à realização de eleições presidenciais até à expiração do mandato da actual legislatura, afastando de vez Savimbi e a UNITA do poder em Angola e continuando o MPLA a ser o único mestre de toda a situação política e militar do país e por décadas" e o envio de uma importante delegação para o exterior, a fim de pressionar os países que acolhem delegações da UNITA a "fechá-las e a expulsar os seus representantes".

Reconhecendo que "os dados militares no terreno são hoje nitidamente favoráveis à UNITA, afirma-se que isso se deve ao "desgaste militar e à desmoralização psicológica dos militares das FAPLA e da própria população". Preconiza-se a necessidade de reorganização do Exército, dá-se prioridade à reconquista do Huambo e indica-se que na ofensiva "se utilizem bombardeamentos maciços das posições do inimigo", devendo ser atingidos tanto os alvos militares como civis, "inclusive as populações, porque estão do lado da UNITA".

Finalmente, determina-se que os oficiais que se "mostrarem negligentes ou irresponsáveis, deixando cair nas mãos do inimigo as suas posições, serão responsabilizados como traidores e imediatamente presos, e uma vez apuradas as suas culpas serão passíveis de pena de morte".

Não dispondo de meios periciais para garantir a autenticidade do documento, opto pela sua divulgação, até porque o texto se encaixa na lógica da acção conhecida do MPLA e parte do que nele se determina tem sido posto em prática nas últimas semanas.

Aproveitando o "elan" obtido com o reconhecimento por parte dos Estados Unidos, o Governo angolano multiplicou-se em acções "político/diplomáticas" que visam, no seu conjunto, obter o isolamento total de Savimbi e do seu partido, eufemisticamente designado por "facção militarista", ou seja, os que resistiram ao aliciamento de Luanda ou os que se encontram dados na capital desde Outubro passado.

Delegações governamentais, incluindo quase sempre a meia dúzia de "dissidentes" notórios da UNITA, premiados com a colocação em altos postos do Estado, percorreram vários países europeus, procurando anular os efeitos dos contactos desenvolvidos por Fátima Roque e Carlos Morgado, que procuraram sensibilizar os meios políticos europeus e americanos para as graves violações aos direitos humanos e às regras democráticas por parte do Governo de Angola.

Delegações militares secundaram esta acção. Em Portugal, por exemplo, esteve uma delegação chefiada pelo general João de Matos para negociar a concessão de auxílio e assistência técnica militares, encontrando-se já no nosso país um grupo de oficiais angolanos que vieram receber formação. A dissidência de um elemento do grupo que manifestou o propósito de pedir asilo político passou quase despercebida nos meios de comunicação social. Se essa dissidência fosse de sinal contrário teria tido igual tratamento? Sabemos bem que não.

O levantamento das condicionantes da "tripla zero", permitindo o livre abastecimento de armas ao MPLA e o embargo do fornecimento de material de guerra à UNITA, e as pressões desenvolvidas para o encerramento das delegações da UNITA apontam a pressa de se chegar a uma "solução final". É neste contexto, aliás, que se entendem as pressurosas diligências da "troika" "medeadora", responsabilizando a UNITA por uma guerra que lhe é, afirmo, imposta pela ausência de alternativas creíveis. O mesmo se poderá dizer do "ultimatum" do Conselho de Segurança. Posições que, no mínimo, contradizem as declarações do actual representante especial do secretário-geral da ONU em Luanda, que considera que o essencial é trazer os contendores à mesa das negociações, a fim de se chegar à paz, sem responsabilizar nenhuma das partes. Sem designar vencedores e vencidos. Talvez por isso, não será longo o mandato do ministro Beye.

Apoiado numa legitimação internacional que ultrapassou porventura as suas expectativas mais optimistas, apoiado num parlamento fantoche ao qual os deputados da UNITA só se deslocam sob escolta policial, o MPLA consolida-se no poder como partido único, silenciado o principal opositor (segundo os dados oficiais, a UNITA representa 34 por cento do eleitorado) e os pequenos partidos, sem grande expressão eleitoral mas que traduzem um pluralismo de opiniões próprio da sociedade angolana.

De eleições presidenciais não mais se

ouviu falar, como preconiza, aliás, o documento referido. De parceiro político, Savimbi reassume o retrato habitual de primário chefe tribal, violento e racista, a encarnação do demónio. Se não se tivesse refugiado no Huambo, estaria morto. Talvez porque este seja o destino reservado aos opositores, muitos candidatos às presidenciais, presos e maltratados quando dos massacres de Outubro, em Luanda, tenham tomado o avião para Lisboa. Eles estão aí: Paulino Pinto João, Simão Cacete, Filomeno Vieira Lopes, Alberto Neto. Porque não falaram ainda com a imprensa? Temem pela sua segurança e pelos que deixaram em Angola? Ou os jornalistas não se interessam em conhecer a sua versão dos factos?

Hoje como no passado, usando a sua poderosa máquina de manipulação, apoiado nas simpatias conquistadas por cumplicidades políticas ou na corrupção, o MPLA conseguiu impor a sua visão dos acontecimentos. A UNITA, traída em Bicesse, onde Portugal repetiu a proeza de Alvor, defraudada nas eleições, massacrada nas cidades, empurrada para o "ghetto" do Planalto Central, obrigada a recorrer à guerra para sobreviver, foi considerada culpada pelo recomeço das hostilidades. E sucessivamente condenada pelas instâncias internacionais porque não aceita ser destruída. Deveria estender o pescoço ao carrasco?

A ONU que condena a UNITA "por não ter aceite os resultados eleitorais" é a mesma que não condena a usurpação de Timor pela Indonésia: não é tribunal imparcial e isento de culpas. Os dirigentes internacionais conhecem o relatório elaborado pela Comissão de Inquérito da Unavem, datado de 16 de Outubro passado, que refere que "as irregularidades verificadas no processo eleitoral podem ter afectado os resultados finais. Em certos casos, o volume de votos ganhos ou perdidos por cada candidato pode, se considerado a nível nacional, ser significativo e alterar os resultados finais". Este documento, divulgado em fotocópia de que foi retirado o cabeçalho, foi posteriormente validado por Kofi Anan, do Gabinete de Marak Golding, a pedido de um jornalista do "Star" que o divulgou em Dezembro passado.

Magareth Anstee também conhecia esta conclusão, que confirmava, aliás, as dos grupos de trabalho nomeados pelo Conselho Nacional de Eleições e que apontavam para variações da ordem dos 20 por cento que teriam afectado particularmente a

Continua na pág. 5

“Infelizmente desconseguimos”

PÚBLICO, 26 7 93

Das nossas enviados
Ana Sá Lopes
e Fernando Veludo (fotos),
em Luanda

Deixando para
trás um cenário
de guerra, com
combates
encarniçados no

Bié, confrontos
generalizados e
alta tensão em
Cabinda, os
representantes
dos países
observadores do
processo de paz
angolano

(Portugal, Rússia
e Estados
Unidos)
abandonam
Luanda. Foram
dois anos de
esforços de
mediação, que
fizeram parecer

possível a paz e
que conduziram
às eleições no
final de Setembro
do ano passado.
Mas a tentação
da guerra foi
mais forte.
Mesmo assim,

a hora da
despedida foi
de festa. António
Monteiro,
embaixador
português, foi
homenageado
por angolanos e
portugueses.

“**B**airro Alto aos seus amores tão delicados/ Quis um dia dar nas vistas”. Higinio Carneiro, general angolano, responsável governamental pelas questões militares na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), cantou no sábado à noite um fado de despedida a António Monteiro.

Infelizmente deconseguimos”, que é como quem diz, falhámos. António Monteiro, o embaixador natural do Bié (centro de Angola) que chefiou a missão portuguesa nas estruturas da paz em Angola, fez uso da expressão angolana para se referir ao fracasso do objectivo que o trouxe a Luanda em 14 de Junho de 1991. Angolanos e portugueses tinham montado um ambiente de festa para a sua des-

pedida nos arredores da capital angolana, esquecendo por momentos os combates que se travam um pouco por todo o país. Monteiro regressa a Portugal, porque a CCPM acaba formalmente no próximo dia 31 de Julho.

Alta segurança rodeou o acontecimento: a presença de membros do Governo, os convites feitos aos negociadores da UNITA vivos, os diplomatas, a fina-flor de Luanda justifica-

ram o aparato da “operação-stop”, na estrada do Cacucaco, onde Salupeto Pena foi morto nos dias sangrentos do Outono luandense, quando fugia da capital.

Com Luanda às escuras, à estrada do Cacucaco os automóveis que iam para a festa dirigiam-se em “comboios”, um esquema muito utilizado nestes

Continua na pág. 6

Continuação da pág. 4

Matar e morrer em Angola

UNITA. Pressionada, certamente, pelo próprio secretário-geral da ONU, ela declarou a 17 de Outubro que as eleições eram “de um modo geral” livres e justas. E a UNITA, ao contrário do que se afirma, acatou a decisão. Razão pela qual, a 22 de Outubro, a delegação chefiada pelo vice-presidente Jeremias Chitunda se encontrou com o Governo para analisar a crise eleitoral (vários partidos tinham impugnado as eleições) e preparar a realização da segunda volta das presidenciais. Oitenta por cento de um documento síntese estava discutido e aprovado pelas partes quando, na pausa para o almoço, o MPLA desencadeou o bombardeamento contra todas as instalações políticas e privadas da UNITA em Luanda. O prosseguimento das negociações, marcado para as 16 horas, ficou adiado “sine die”.

O massacre de Luanda terá feito cerca de seis mil mortos. Dirigentes e simples militantes da UNITA foram assassinados, torturados, lançados na prisão. Muitos, cerca de dois mil, incluindo mulheres e crianças, permanecem detidos. Os massacres prosseguem noutras cidades, visando todos que sejam identificados como ovimbundos. Mais tarde, a “limpeza étnica” incidirá sobre os bakongos, considerados apoiantes de Holden Roberto.

A UNITA, estupefacta, leva algum tempo a reagir e a reorganizar-se. Talvez porque jogue na fraqueza aparente do adversário, a 9 de Janeiro, o MPLA desencadeia no Huambo o ataque à residência de Jonas Savimbi. E aí a UNITA, humilhada e violentada, decide resistir, mostrando à sua gente que pode continuar a confiar nela e no seu líder. O que o mundo vai dizer não os pre-

cupa demasiado perante o imperativo de salvar a vida e a honra. Foram cinquenta e tantos dias de combates, os mais sangrentos da história angolana, com a cidade a sofrer diariamente bombardeamentos da aviação governamental. A UNITA sai sangrando mas vitoriosa.

Curiosamente, as negociações de paz recomeçam, como se se quisesse reforçar na UNITA a ideia de que só é escutada quando recorre às armas. Mas não se chega a nenhuma conclusão, até porque a “troika” dos mediadores opta por uma estranha conduta: em vez de ajudar ao diálogo e à conciliação das partes em conflito, opta por tomar partido por uma, multiplicando-se em condenações da UNITA, repetindo até à exaustão um argumento falacioso: a não aceitação dos resultados eleitorais e a responsabilidade única e total pelo recomeço das hostilidades. O que leva a UNITA a concluir que não lhe resta outra solução senão prosseguir a guerra.

E, no entanto, todos sabem que não existe solução militar para Angola. Mesmo que a UNITA chegue a Luanda. Ou que Luanda, com apoio militar estrangeiro, venha a vencer no Sul. De novo, renasce a tese de que sem Savimbi tudo seria mais fácil, e um militar de Abril mancha a memória de libertador ao preconizar a eliminação física do líder histórico da UNITA, Jonas Savimbi.

Angola aparece cada vez mais nos discursos oficiais como destinatária dos produtos sem qualidade e do equipamento obsoleto, inegociáveis nos mercados comunitários. Governo e oposição, esquerda e direita, perdidos os antigos e seguros valores ideológi-

cos, no desencanto deste fim do século, aliam-se no sonho de ver a antiga colónia pagar a reconversão da estrutura produtiva nacional, buscando através do apoio incondicional ao poder instituído as soluções mágicas para a crise estrutural que afecta não só Portugal mas as nações desenvolvidas, a quem Portugal oferece a posição de intermediário, ao mesmo tempo que retoma a velha tradição da traficância.

A UNITA perdeu as eleições no dia em que Savimbi afirmou que Angola era, em primeiro, em segundo, em terceiro lugar para os angolanos. E que, se subisse ao poder, reexaminaria os contratos firmados com empresários estrangeiros pelo Governo do MPLA. Nesse dia, os ventos mudaram e muitos que até então manifestavam simpatia pelo velho leão africano acharam que era tempo de escolher melhor o campo que mais convinha aos seus interesses.

Nas últimas semanas, reacendeu-se a histeria nacionalista, à custa dos refugiados do Huambo, que, entretanto, se deixam entregues à sua sorte, sem fortuna e sem destino. Como já aconteceu com os timorenses do Vale do Jamor. Numa sociedade onde o desemprego sobe em flecha, a segurança social entra em derrapagem e a solidariedade nunca foi muito activa, é bem possível que o reacender das derradeiras miragens do Império reanime a guerra santa. Neste contexto, avolumam-se os receios de, um belo dia, se ver partir para Angola um contingente português com jovens que, à falta de melhor, aceitem ali jogar a vida ou a morte. Matar e morrer. O neocolonialismo também é isto. ■

* jornalista

Continuação da pág. 5

“Infelizmente desconseguimos”

tempos de insegurança. Mais de dois terços da população da capital ficara sem energia eléctrica, resultado de mais uma sabotagem atribuída aos guerrilheiros da UNITA. Depois da sangrenta batalha do último fim-de-semana de Outubro do ano passado, os habitantes da grande cidade nunca mais viram “o inimigo”, que todavia faz questão de mostrar que existe.

Há um ano atrás, no mesmo local, uma festa dos Santos Populares ficou na memória dos que viveram os dias eufóricos da paz de Angola. Os convivas eram quase os mesmos, só que a UNITA estava lá toda. Desta vez, só a UNITA de Luanda, pouca, sem figuras de relevo.

“Não há mal que sempre dure”

Este ano, com o país estralado, dizem que o sangue estava mais frio — mas nem por isso muito. A vida, já se sabe, é uma coisa que mesmo no maior dos absurdos tende a continuar.

António Monteiro, que tem em Luanda um consolidado prestígio de “bon-vivant”, parecia muito divertido. “Sr. embaixador, tem a palavra!”, lançou Higinio Carneiro. “Isto foi uma das coisas que o general Higinio Carneiro disse muitas vezes...”, gracejou Monteiro, lembrando as reuniões de outrora. Antes, tinha ouvido um elogio ao “António embaixador que bebeu bem cedinho a água do Bengo e sabe o que é quizomba”. António Monteiro: “O que o amigo Barradas disse foi que bebemos todos água do Bengo e tenho a impressão que bebemos muita água...”

Higinio Carneiro tinha falado nos “maus momentos” vividos e Monteiro respondeu assim: “Entre amigos não há maus e bons momentos, os amigos vivem juntos, partilham as mesmas alegrias e as mesmas mágoas... Prometeu uma “saída com ‘v’ de volta”: “Gostava de sair daqui com Angola em paz. Foi para isso que nós viemos, tivemos uma missão, infelizmente não conseguimos, desconseguimos até agora.”

E, entretanto: “Há um ditado português que diz que ‘não há mal que sempre dure’. A paz há-de voltar a Angola”. Evitou, cuidadosamente, referências mais explícitas ao conflito Governo-UNITA, em que o Cuíto (capital da província do Bié) marca o dia-a-dia.

Higinio Carneiro aludiu ao facto da “festa muito singela”

ocorrer “nas circunstâncias em que nos encontramos”: “Gostaríamos de fazer a despedida num momento diferente, marcado pela tranquilidade e concórdia nacionais”. E, saudando o “esforço e empenho da delegação portuguesa”, pediu desculpas: “Não podemos deixar de exprimir as nossas desculpas por tudo o que de mau viveram em Angola, as vicissitudes que todos nós conhecemos.”

Pataniscas, fado e quizomba

Na festa pontificava ainda o general António dos Santos França “N’Dalu”, antigo comandante militar que granjeou prestígio de negociador, o representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, o sr. Beye; vários ministros do Governo angolano, a Embaixada de Portugal em peso, representantes da embaixada dos Estados Unidos, a Luanda chique. Os deputados mais significativos da “segunda UNITA”, o grupo que senta na bancada parlamentar reservada ao partido de Savimbi, não estiveram presentes.

Sardinhas e frango assado, pataniscas de bacalhau, condimentaram à portuguesa o jantar volante, num excepcional recinto, propriedade da empresa portuguesa Tecnocarro, decorado em estilo de arraial de santos populares. A alguns metros do sítio onde Monteiro dançava a quizomba há uma árvore enorme, uma mulemba, lugar onde o soba N’Gola Kiluangi, de Luanda, fez o primeiro contrato com os portugueses. Uma placa, e a bandeira angolana, assinalam o “marco histórico da soberania”.

Música angolana ao vivo, fado, faixas verdes e vermelhas, máscaras tradicionais africanas. O fracasso da missão não esmoreceu os ânimos. É que, garantiram-nos, Monteiro granjeou enorme popularidade, devido ao seu espírito festivo. Conta-se que quando se sentou praça em Luanda, há dois anos, em Luanda, morava ao pé de um clube recreativo chamado Maxinde, onde havia festas até às tantas. As autoridades foram comunicar ao clube que as festas teriam de acabar porque agora dormia ali perto o

embaixador. O clube contactou António Monteiro que negou quaisquer incómodos, mais ou menos assim: “Quando vocês estão a terminar é quando eu chego a casa. Digam-me lá onde é que fica esse Maxinde”.

Euforia crioula

Muito se dançou, à conta do gerador que fornecia a iluminação, e Heliodoro Barradas, português que com Higinio Carneiro organizou a festa, estava “feliz”. Feliz, “porque esta festa representa a sociedade crioula que os portugueses construíram ao longo dos 500 anos da sua presença em Angola e que é esta sociedade que se tem que ter em conta em relação ao futuro do país”.

O aparelho de som lançou o “traz outro amigo também” e houve quem dançasse.

Escureceu total em Luanda, entretanto, excepção aos privilegiados dos geradores. A noite de sábado tinha tido um dos maiores cortes de energia da semana, afastando os luandenses da noite. A insegurança e a guerra fazem os seus efeitos, tendo diminuído drasticamente o número de frequentadores nocturnos, mais ainda se comparado com o tempo épico, e breve, da paz.

De regresso da festa, pela estrada de Cacuaco, a polícia continuava em operações “stop” com os automóveis, que mantinham em “colunas”, a serem revistados. Corpo diplomático inclusive, porque é mais simples abrir a mala do carro do que explicar a imunidade diplomática. Mais uma das heranças dos portugueses. ■

Comentário

António Matos

Legitimar a guerra

A EXTIÇÃO formal da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), organismo multilateral que em Angola tentou, desde Junho de 1991, aplicar os acordos de paz assinados em Bicesse, representa um atestado de maioria passado pela comunidade internacional ao Governo formado pelo MPLA, que dela já recebera antes a licença de uso e porte de arma. Paradoxalmente, se é a vitória da legitimidade política — conquistada numas eleições que a UNITA continua a dizer fraudulentas — sobre a legitimidade militar deste partido, significa também a vitória da via militar.

Não resistindo à facilidade de encontrar momentos-chave que expliquem a sequência dos acontecimentos mais recentes, poderia dizer-se que os tempos que seguem à extinção da CCPM (no próximo dia 31 de Julho) serão diferentes em Angola: será a fase da defesa governamental, pela força das armas, da soberania do Estado. Mas, na verdade, já era assim que as coisas se passavam: as Nações Unidas e os observadores do processo de paz desde Dezembro que vêm responsabilizando a UNITA pelo regresso da guerra ao país; e as resoluções do Conselho de Segurança têm subido de

tom na condenação do partido de Savimbi. Estes sinais foram legitimando o Governo de Luanda, impotente porém para se opor às acções militares da UNITA.

Com o reconhecimento do Governo angolano pela Administração Clinton, a questão do apetrechamento das Forças Armadas Angolanas deixou de ser tabú e até os países observadores passaram a fornecer equipamento e formação militar. Ficava claramente dito que a via do diálogo tinha perdido em favor da tentativa de solução militar. E tentava-se contrariar o facto de, no terreno das operações, a UNITA ser mais capaz do que o seu adversário.

Nos nove meses que se seguiram aos massacres de Luanda, no último fim-de-semana de Outubro, a via militar já era, também, uma realidade. Um caminho que cedo revelou não ser solução, com os constantes avanços e recuos de um e outro exército, produzindo ao longo deste tempo notícias sempre iguais sobre o Cuíto, o Soyo, o Luena, Cabinda ou Benguela.

Era inevitável que os três observadores do processo de paz (Portugal, Estados Unidos e Rússia) abandonassem o território angolano carregando consigo a frustração, que não o ónus, de não terem sido capazes de ajudar os angolanos a entenderem-se. E não lhes deve ser confortável verificar que, dois anos depois, tudo parece ter ficado como antes. Com a diferença de que os angolanos estarão ainda mais descrentes, porque entretanto “desconseguiram” impor o seu voto. ■

**Patti Waldmeir on initiatives to
boost the number of black managers
in South African companies**

Race to the top

FINANCIAL TIMES, 2.8.93

After 350 years of racial segregation, corporate South Africa is facing the stark fact that 5m whites cannot manage a nation of 40m people - especially once the other 35m have the political power to insist on a piece of the action.

So South African corporations, most of which have been agnostic on the question of black advancement, are rapidly embracing affirmative action. Last month the South African Chamber of Business, the employers' federation, called on its members to put affirmative action programmes in place urgently, clearly fearful that a new government might otherwise impose racial quotas.

Like their counterparts in other countries, South African managers are struggling to balance the demands of shareholders with the needs of society. Most nations face the problem of how to remove inequalities in the corporate world, but few face it in such stark and daunting form as South Africa. Discrimination has affected the vast majority of employees - not a small minority, as in the US - and government policy has deliberately nurtured a vast skills gap between the managers and the managed.

"Any company that wants to survive is looking at affirmative action," says Wendy Lubabe, whose company, Bridging the Gap, tries to place candidates in companies seeking to advance blacks.

No black-led government can be expected to accept the status quo: that less than 3 per cent of managers are black. And although the African National Congress says it wishes to avoid legislated racial quotas, expectations are high.

The National African Federated Chamber of Commerce, the black business federation, has demanded that blacks hold 30 per cent of seats on the boards of all listed companies by 2000. It also wants blacks to hold 40 per cent of equity and 60 per cent of posts at all management levels. No major South African corporation comes anywhere near these targets - except National Sorghum Breweries, set up recently when the government privatised its monopoly, Sorghum Brewing Company, under black ownership and management.

The small number of blacks in business reflects not only prejudice but also a severe shortage of qualified black candidates after years of sub-standard education under apartheid. Still, some companies such as South African Breweries (SAB) have a long track record of affirmative action and provide an example for those just starting out.

In the group's beer division 46 per cent of salaried employees are black, up from 13 per cent in 1978; and 16 per cent of senior managers are black.

Executive chairman Meyer Kahn, whose forceful personality and blunt charm have done much to promote the affirmative action programme, has set what he calls head-count targets. By 1995 each of the group's operating companies must have at least one black executive director (there are none at present); by 1997 20 per cent of senior managers must be black; and by 2000 all salaried staff must "reflect the demography of South Africa", which means 80 per cent must be non-whites.

Kahn sets out the lessons from the past decade's efforts. "Job segmentation is the answer to affirmative action," he says. "When the world was going for job enlargement, we restructured jobs into smaller modules that were more doable." That means, for example, splitting the traditional job of finance director into two functions: accounting and treasury management.

Black candidates exist to fill the accounting position but lack the experience to perform both jobs at once. Reducing the workload of the job can also help. A relatively inexperienced sales manager has a better chance of success if given seven rather than 15 representatives to manage.

An internal SAB document sets out some do's and don'ts of affirmative action. Among them: do not window dress, and make clear to new recruits that "your black skin is no passport"; "don't go overboard to accommodate black power blocs - stand up for what is right, businesswise"; encourage mentoring, preferably by the immediate boss; impress on whites the reality of the current political situation and weed out obstructors; root out covert and

overt racism; and try to make blacks feel they belong.

The document offers some recruitment hints. Choose "trouble-shooters and arguers" rather than passive and pliable people who "know their place"; look out for cultural bias in selection techniques; choose those who can identify with free enterprise - many blacks suspect big business of having colluded with apartheid and black communities sometimes equate success with co-option.

But as Joe Horner, consultant to SAB on affirmative action, argues, no real progress will be made unless managers understand that advancing black colleagues is an essential part of their job. "You must make clear to managers that they will be judged by how well they ensure blacks succeed, that it's as important as cost cutting and profits. You must audit this policy as rigorously as you do financial audits. And you must make clear to line managers that they... must devote a large amount of high-quality personal time to coaching."

Public-sector bodies such as the electricity utility Eskom also have lessons to offer. Dawn Mokhobo, head of the Eskom's department of social harmonisation, says the utility has established a sort of shadow management board composed of black senior general managers who will not attend regular weekly board meetings but will join special extended board sessions each month.

"It's a way of getting people into the system," she says, adding that this method creates a pool of candidates from which future black board members can be drawn.

To expand the pool of qualified black managers in general, Eskom is spearheading an initiative with big private-sector companies to provide fast-track training for 80-100 people from 8-10 large corporations, at a cost of R3m (£500,000) per corporation.

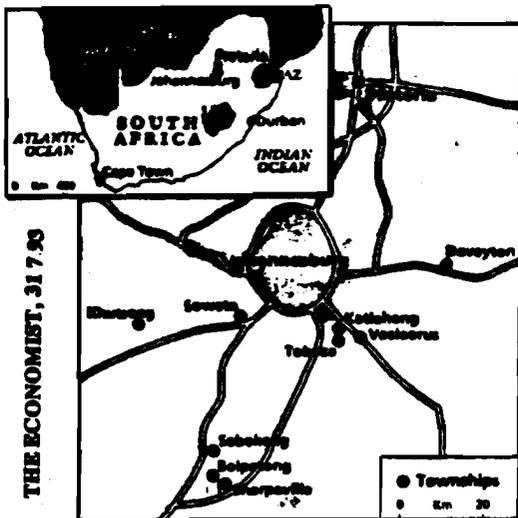
As Harry Oppenheimer, the patriarch of South African business, says: "It's extremely dangerous to be ruled by people who have no material stake in the country... we've got to see that people in the majority have as large a share in the material assets of the country as we can."

South Africa Blood

FROM OUR SOUTH AFRICA CORRESPONDENT

TWO ominous terms are being heard with increasing frequency in South Africa: "anarchy" and "civil war". President F.W. de Klerk has publicly voiced his fears of "another Yugoslavia". Mangosuthu Buthelezi, having withdrawn his Inkatha Freedom Party (IFP) from multi-party negotiations, talks of a low-intensity civil war. Ferdi Hartzenberg, leader of the Conservative Party, condemns the draft constitution officially unveiled this week as "a recipe" for such a war. Cyril Ramaphosa, of the African National Congress (ANC), speaks of sinister forces intent on plunging the country into chaos.

The massacre on July 25th at a church in a leafy Cape Town suburb, when 12 people were killed by unknown attackers using AK-47s and hand-grenades, has shown even white South Africans far from the town-



THE ECONOMIST, 31 7 93

ships that such talk can no longer be dismissed as hyperbole. The killings among blacks, though whites notice it less, is far nastier, and getting worse. Nearly 60 people were killed this week in East Rand townships, near Johannesburg, in three days.

Conversações sobre o futuro da África do Sul Buthelezi mantém boicote

PÚBLICO, 30 7 93

O PRESIDENTE sul-africano, Frederik de Klerk, teve ontem conversações de crise com o chefe zulu Mangosuthu Buthelezi, para acabar com o boicote deste às negociações multipartidárias sobre o futuro do país, de que estão também ausentes os conservadores brancos.

Mas após a reunião de quatro horas Buthelezi não deu qualquer sinal de ter mudado de estratégia, ao assinalar, sem dar pormenores: "O facto de não estar (nas conversações) não significa que vá destruir as negociações".

O bantustão KwaZulu, de

que Buthelezi é ministro-chefe, o seu partido Inkatha e os secessionistas brancos do Partido Conservador abandonaram há três semanas as conversações em curso perto de Joanesburgo, acusando o Governo e o Congresso Nacional Africano de Nelson Mandela de procurarem impor as suas opções aos restantes parceiros. O chefe zulu fez entrar no supremo tribunal uma contestação à principal decisão já tomada por 26 participantes no encontro: realizar as primeiras eleições multiraciais no dia 27 de Abril de 1994.

O Partido Inkatha pensa que é impossível realizar eleições antes que se tomem medidas para conter a espiral de violência em que a África do Sul está mergulhada. Ontem, uma mulher negra, que esperava um táxi, foi morta a tiro por um branco que se pôs em fuga, perto de Joanesburgo. Uma fonte policial disse à agência Reuter acreditar que poderá ter-se tratado de um acto de vingança pelo ataque realizado domingo contra uma igreja da Cidade do Cabo, em que foram mortos 11 brancos. ■

Debate constitucional e chacina na África do Sul

- PÚBLICO, 27 7 93

UM PROJECTO da primeira Constituição sul-africana pós-"apartheid" foi ontem apresentado aos diversos participantes nas negociações sobre o futuro do país, horas depois da chacina que no domingo à noite vitimou 11 pessoas numa igreja anglicana de Kenilworth, nos subúrbios da Cidade do Cabo.

O chefe do Partido Conservador, Ferdi Hartzenberg, comentou que a proposta de Constituição "é uma receita para a guerra civil, para uma deterioração da economia e para uma espiral de violência e de crime, levando o país à ruína".

Anteriormente, o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, comentara que a chacina ocorrida naquele subúrbio

branco do Cabo não iria prejudicar grandemente as conversações sobre a democratização da África do Sul.

O movimento dirigido por Nelson Mandela condenou energicamente a operação em que cinco pistoleiros negros dispararam armas automáticas e lançaram granadas de mão dentro da Igreja de St. James, matando 11 pessoas e ferindo meia centena, na sua maioria brancos.

Foi o pior ataque contra a minoria branca sul-africana desde que o Presidente Frederik de Klerk legalizou grupos de oposição e começou a desmantelar o "apartheid", há um pouco mais de três anos. Mas uns 9000 negros já morreram entretanto, essencialmente em inci-

dentos verificados entre simpatizantes do ANC e do Partido Inkatha, do príncipe zulu Mangosuthu Buthelezi.

De imediato, não se soube quem é que foi responsável pelo atentado. A polícia tem culpado a ala armada do Congresso Pan-Africano (PAC) de ataques a brancos, mas este grupo de extrema-esquerda considerou "ultrajante" o que aconteceu no domingo à noite, tendo apontado o dedo para "uma terceira força" que andaria a desempenhar um papel altamente destabilizador.

O ministro da Lei e da Ordem, Hennis Kriel, ofereceu uma recompensa de 250.000 randes (cerca de 10.000 contos) a quem conseguir apanhar os autores da chacina. ■

Fighting in some of these townships, especially Tokoza, Katlehong and Vosloorus, is already endemic. It reached new levels when a minibus taking people to the East Rand from Durban was held up by gunmen. Seven men who were members of the IFP were taken into the veld and shot. The result was a new round of violence, in which IFP loyalists, mainly from migrant-worker hostels, clashed with ANC supporters.

Some townships have become no-go areas for the police at night. During a recent flare-up in Tokoza, even a government spokesman admitted as much. Now it is becoming dangerous for police to enter East Rand townships in daylight as well. A police armoured vehicle was recently ambushed and set alight; next day two policemen were shot dead. All this in Daveyton, which, until recently, was considered stable.

Figures reveal the growing challenge. Between 1910 and 1982, 600 policemen were killed; in the past 19 months nearly 350. The police are now backed up by soldiers. Even so, their hold on the townships is, at best, tenuous. The power vacuum is in some places filled by ANC officials. Not in all, nor always.

Nor is the IFP, much blamed for violence, alone in the blame. Many of its warriors are men forced out of the KwaMasiza and Sebokeng hostels by ANC members. They have seized a disused hostel, KwaMadala, and turned it into a fortress, where they have been joined by IFP supporters burned out of their homes. Treated like outlaws, they have begun to behave like them. Last summer's Boipatong massacre is blamed on IFP militants from KwaMadala.

Townships in the Vaal Triangle, south of Johannesburg—places like Sharpeville, Boipatong and Sebokeng—have seen bloody battles between rival ANC factions, with trade-union-based "comrades" ranged against unemployed members of the ANC's underground army, Umkhonto we Sizwe.

ANC "self-defence" units and street committees often add to, rather than prevent, anarchy. Before his assassination in April, Chris Hani, a Communist Party and ANC leader, admitted that some comrades had degenerated into bandits who "hijacked self-defence units" for their own profiteering ends. In Khutsong, a township west of Johannesburg, members of the local ANC executive committee have been accused of murder and arson. Witnesses include other ANC members, who have petitioned the ANC's national leadership to intervene against their local bosses.

Deaths from political violence fell below 200 a month in the first quarter of this year, raising hopes that the worst might be over. July's total will be over 500.

Sul-africanos propõem comunidade económica

O PRESIDENTE sul-africano, Frederik de Klerk, anunciou no sábado que o seu país se unirá a outros da África Austral para formar uma comunidade económica regional. De Klerk sustentou que a região tem mais de 110 milhões de habitantes e enormes recursos naturais e humanos, além de um potencial agrícola, comercial e turístico ainda por explorar. De Klerk fez esta declaração na inauguração de uma feira agrícola e comercial em Lusaka, capital da Zâmbia, sendo o primeiro chefe de Estado sul-africano a visitar este país. ■

30 mortos em conflito ANC-Inkatha

Herança zulu

agita África do Sul

PÚBLICO, 2.8.93

Jorge Heitor

Os sucessivos apelos do príncipe zulu Buthelezi à autonomia do seu grupo étnico estão a ser um factor de perturbação para a África do Sul, onde um conflito entre simpatizantes do Inkatha e do ANC matou agora 35 pessoas, tendo deixado 18 feridas. O peso do passado ensanguenta a construção do futuro.

Trinta e cinco mortos e 18 feridos foi o balanço dos incidentes de sábado à noite e ontem de madrugada na zona negra de Tembisa, perto de Joanesburgo, entre os inquilinos de um lar para trabalhadores migrantes e a população das imediações. Mais uma repetição da velha animosidade que normalmente opõe na África do Sul os militantes do Partido Inkatha, de predominância zulu, aos do ANC, que luta por um Estado

centralizado.

Os habitantes do bairro disseram que a violência se generalizou depois de uns 200 inquilinos do lar haverem atacado casas próximas, aparentemente na sequência da morte de um deles em qualquer rixa com vizinhos.

O caso de Tembisa elevou a mais de 530 o número de pessoas mortas nas localidades negras da África do Sul desde que, a 2 de Julho, foi anunciada a data de 27 de Abril do próximo ano para as primeiras eleições multiraciais que se efectuem no país. E receia-se que haja um crescendo de violência à medida que se aproxime o dia da ida às urnas.

Segundo algumas interpretações, o chefe do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, poderá estar a atizar os ânimos de muitos dos seus seguidores quando insiste na ideia de uma vasta autonomia para a região do Natal, onde se situa o Kwazulu, bantostão criado pelo apartheid para o povo zulu e que não aceita facilmente fazer parte de um país centralizado.

Os extremos aguerridos

Buthelezi e os brancos mais conservadores constituem dois

dos extremos do espectro político sul-africano e duas das dificuldades que se levantam à concretização dos projectos constitucionais que têm estado a ser essencialmente debatidos entre o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, e o ANC.

O príncipe zulu e os brancos de origem holandesa, francesa e alemã querem administrações autónomas, de modo a conservar um certo poder, na altura em que o conjunto da África do Sul vier eventualmente a ser presidido pelo líder do ANC, Nelson Mandela, que tem conseguido um razoável entendimento com o homem que o libertou da cadeia, De Klerk.

O sociólogo Gerhard Mare, da Universidade do Natal, comentou há poucos dias que Buthelezi está com pouco espaço de manobra e que a insistência nas suas teses só poderá levar a novos actos de violência, pois que o Inkatha não tem suficiente representatividade para bloquear no campo político aquilo que Mandela pretende e que o actual partido governamental se mostra inclinado a aceitar.

Na semana passada o líder do Inkatha pediu que o Supremo Tribunal se pronuncie sobre o "consenso suficiente" a que 19 dos 26 partidos envolvidos em negociações sobre o futuro do país disseram ter chegado para que as eleições sejam mesmo em Abril de 1994. Ou seja, tentou uma vez mais adiar a escolha de uma Assembleia Constituinte em que porventura não conseguiria sequer 10 por cento dos lugares, a avaliar por algumas sondagens que têm sido feitas.

Segundo Mangosuthu Buthelezi, o projecto de Constituição acarinhado pela maioria é "um aborto", pois que abre caminho a um Estado unitário, com completo desprezo pelas tradições de cada um dos povos existentes na África do Sul, como é o caso do zulu, a que pertencem seis milhões de cidadãos. Mas os adversários notam que se há zulus no Inkatha também os há no Congresso Nacional Africano (ANC), onde se sentam ao lado de xhoas, ndebeles, brancos e indianos.

As objecções levantadas pelo Inkatha e pelo Partido Conservador branco poderão atrasar a formação do Conselho Executivo Transitório, multiracial, que deveria ser encarregado de preparar as eleições do próximo ano e que teria até um certo poder de veto sobre algumas das decisões do actual Governo.

Entretanto, um professor primário de 28 anos, Vuyo Tekan, afecto ao Congresso Pan-Africano (PAC), da extrema-esquerda, foi detido sob suspeita de envolvimento na chacina de 11 pessoas, na sua maior parte brancas, numa igreja dos arredores da Cidade do Cabo.

ÁFRICA DO SUL

FUTURO INCERTO

Há menos de um ano das primeiras eleições multiraciais, o panorama na África do Sul varia entre esperanças de um futuro melhor e ameaças de guerra civil.

Quando a escuridão da noite cai sobre o aldeamento negro de Sebokeng, os moradores correm as espessas cortinas de "black out", para que de fora não se veja nada e assim impedir que os habitantes sejam alvejados a tiro através das janelas dos casinhotos de madeira. Bandos de jovens armados, as chamadas Brigadas de Auto-Defesa, rondam pelas ruas sujas, mandam parar e revistam carros e, em certas zonas, chegam mesmo a extorquir dinheiro aos atemorizados cidadãos. A probabilidade de cada uma das 400 mil pessoas de Sebokeng sofrer morte violenta é de 1 para 4. E vinte e um por cento mais morrem de algo que as estatísticas governamentais designam de "causas desconhecidas."

A vizinha cidade branca de Vereeniging está deserta à noite, nas ruas vê-se apenas um ou outro branco bêbedo, negros que trabalham em turnos da noite e uma pequena mul-

Continuação
da pág. 9

FUTURO INCERTO

tição que vem de ver a "Proposta Indecorosa" no cinema da alameda local. A maior parte dos 60 mil brancos de Vereeniging tem casa própria e passa o serão na sala, protegido atrás de portas blindadas anti-roubo, à luz do ecrã do televisor. Segundo as estatísticas oficiais, a principal causa de morte é a deficiência cardíaca.

A separar a branca Vereeniging da negra Sebokeng apenas uma faixa de 15 quilómetros de capim rasteiro, característico do Triângulo de Vaal, nome dado a esta área industrial ao sul de Pretória. Numa noite recente, de Inverno no hemisfério sul, um incêndio grassava no mato de ambos os lados da auto-estrada que liga as duas zonas urbanas. Nas faixas de rodagem de um lado viam-se passar os BMW, os Mercedes e as carrinhas-furgonetas a caminho de Vereeniging e subúrbios próximos, Peacehaven, Three Rivers e Sonland Park. Nas faixas contrárias era o desfile de autocarros à cunha e táxis, em direcção aos aglomerados satélites de Sebokeng, denominados "Angola", "Nicarágua" e "Beirute".

EMISSÁRIOS. Quando o Presidente da África do Sul, F.W. de Klerk, e o presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, estiveram nos Estados Unidos para participar numa visita histórica, deslocavam-se na sua qualidade de enviados desses dois mundos opostos, Vereeniging e Sebokeng. As negociações entre ambos tiveram início em Dezembro de 1991, aguentaram obstáculos e tentativas de sabotagem, até que agora foi escolhida, a título experimental, a data 27 de Abril do ano que vem para as primeiras eleições multirraciais a realizar no país.

As divergências entre os dois homens subsistem, mas nunca eles estiveram tão próximos de um acordo para um governo multirracial, que talvez seja a única forma da África do Sul estabelecer a ponte entre os dois mundos separados de Vereeniging e Sebokeng, de forma a constituir uma nação.

É o medo o que une os dois intervenientes do processo negocial, que, cada um por sua parte, decreve como sendo "irreversível": o receio de um crescente radicalismo da direita branca e da esquerda negra; receio de uma economia a caminhar para o quarto ano de crescimento negativo; e o medo da violência, que é já responsável por nove mil mortes desde 1990. Os brancos de Vereeniging, a única cidade que vota no Partido Nacional do triângulo de Vaal, dominado pela direita, esperam que De Klerk possa salvar o país das ruínas em que se tornou a restante África pós-colonial. Os negros de Sebokeng, uma praça forte do ANC, têm es-

perança que Mandela garanta que, ao antigo "apartheid", não virá suceder uma nova segregação económica.

Tanto Vereeniging como Sebokeng contribuíram para que a África do Sul chegasse a este histórico momento de viragem. A descoberta de carvão de baixo teor nas margens do rio Vaal trouxe até à região os primeiros brancos, em 1878. Carvão barato e abundância de água atraíram a indústria pesada, que transformou o mato estéril no equivalente sul-africano do vale do Ruhr, na Alemanha, e alimentou a única revolução industrial de sucesso na África.

Vereeniging também deu o tom para a política branca do século XX. Em 31 de Maio de 1902, 54 dos 60 generais boeres votaram o fim da guerra anglo-boer e, como parte do acordo de paz, os britânicos renegaram a promessa de concederem direito de voto aos negros da África do Sul, deixando o assunto à decisão dos africaner. Muitos brancos pensam que as presentes mudanças começaram exactamente 70 anos depois, quando a população de Vereeniging elegeu um advogado local para o parlamento. O seu nome era F. W. de Klerk.

LEITOS DE CIMENTO. Sebokeng, que no idioma do povo Sotho significa "Lugar de Repouso", foi um aldeamento criado em 1968 para servir de dormitório destinado à mão-de-obra barata que as indústrias locais devoravam insaciavelmente. As primeiras construções eram camaratas de "cháó", onde os trabalhadores migrantes, provenientes dos bantustões da África do Sul dormiam, 16 por cada divisão, na sua cama de cimento. A seguir surgiram as "caixas de fósforos", casas mais que económicas, divididas em 4 quatinhos, e nos anos 80 surgiu a habitação de terceira geração, construída na sequência da tentativa do Presidente P. W. Botha de formar uma classe média de trabalhadores negros, politicamente moderada.

Em vez disso, Sebokeng é o lugar onde a fase final da revolução negra na África do Sul teve início e onde atingiu o seu fim da forma mais brutal. Em 1984, a ira explodiu após aumento de rendas e da imposição pelos brancos de funcionários negros, tomou conta de Sebokeng e outros aglomerados do Vaal e alastrou rapidamente. Em Julho de 1990, a luta generalizou-se no Transvaal, entre os zulus do Partido da Liberdade Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, e o ANC, quando um comício do Inkatha provocou 30 mortos.

A violência atuada em Sebokeng, em 1990, é agora uma espinha na garganta dos que pretendem uma "Nova África do Sul." Enquanto o Partido Nacional e o ANC parecem decididos a levar por diante as negociações, o Inkatha e outros grupos sustentam que um plano para acabar com a violência é a prioridade. A cimeira recen-

te entre Mandela e Buthelezi passou para segundo plano quando extremistas brancos irromperam no local e o ocuparam. A prática de actos criminosos é o problema mais grave no Triângulo de Vaal, mas a responsabilidade deles cabe também ao ANC, ao Inkatha, ao Congresso Pan-Africano, aos "gangsters" locais (os tsot-sis), ao brancos da linha dura e mesmo, segundo acusam alguns, à polícia.

A maior parte da população branca de Vereeniging anda agora armada e as mães contam que os seus filhos pequenos têm pesadelos em que são atacados por pretos. Nos últimos 18 meses, mais de 360 lavradores brancos, que os radicais do Congresso Pan-Africano designam de "alvos legítimos", foram abatidos por toda a África do Sul. Depois do brutal assassinato de uma mulher e duas crianças em Março passado, na estrada entre Vereeniging e Joanesburgo, muitos daqueles que faziam diariamente o percurso passaram a fazer um desvio, atravessando a cidade vizinha de Alberton. "No ano passado, só ameaçavam com canivetes se nos queriam assaltar", diz Ockie Fourie, fundador de um programa de vigilância no

subúrbio Bedworth Park. "Agora matam qualquer um para lhe tirar o relógio."

É pior ainda em Sebokeng. O "township" já assistiu a dois massacres, mais de mil assassinatos e incontáveis violações e assaltos nestes últimos três anos. As cicatrizes estão à mostra nas habitações queimadas da Zona 7, nas frases "Um colono, uma bala" e "Morte ao Monstro de Vaal" inscritas nas paredes, e nas crianças que fazem com os dedos uma pistola que apontam a todo o motorista branco que por ali passa.

FRATRICIDA. O aglomerado assistiu também a terríveis lutas entre guerrilhas do Umkhonto we Sizwe (MK), o braço armado do ANC, que regressou à África do Sul devido à amnistia de 1991. Membros delinquentes, que os responsáveis locais do MK dizem ter saído do país em finais de 1980 e regressado sem receberem treino completo, são acusados de tudo, desde roubar carros até converter as Unidades de Auto-Defesa dos bairros em bandos de criminosos.

No ano passado, um delincente do MK chacinou seis membros de uma destacada família do ANC; mais tarde, foi apanhado num bar por elementos locais do ANC, arastado para o exterior, atado pelos joelhos e "descerebrado", depois de um pedregulho lhe ter esmagado o crânio. O ex-chefe máximo do MK, Chris Hani, foi assassinado em Abril, quando diligenciava para pôr cobro a

Continua na pág. 11

Continuação
da pág. 10

FUTURO INCERTO

este surto de violência interna.

A pior das violências, porém, verificou-se entre o ANC e o Inkatha. Responsáveis do ANC afirmam que um Comício da Paz do Inkatha, realizado em Sebokeng em 22 de Julho de 1990, despoletou uma onda de quatro dias de agitação que teve como resultado a morte de 30 pessoas. Os elementos do Inkatha dizem que a confusão começou a 2 de Julho de 1990, quando o ANC decidiu expulsar os apoiantes do Inkatha de todos os aldeamentos do Vaal.

Seja qual for a versão correcta, em Setembro de 1990 a maior parte dos partidários do Inkatha tinham sido obrigados a abandonar Sebokeng e confinados numa camarata para trabalhadores denominado KwaMadala, no interior do perímetro da siderurgia ISCOR, que domina o horizonte do Triângulo do Vaal. Metade dos superlotados edifícios da camarata foram destruídos depois de um massacre no ano passado, na localidade próxima de Boipatong, na sequência do qual 32 membros do Inkatha estão a ser julgados. Nicholas Mbatia, um "habitante" típico, vive com a mulher e dois filhos num quarto pequeno, partilhado com mais três famílias. Na semana passada, o seu bebé de três meses morreu de malnutrição. Foi a polícia que entregou o minúsculo caixão, porque o cangalheiro tinha medo de ser visto nas imediações de KwaMadala.

Uma paranóia generalizada relativamente a "bufos" e espíes aumenta ainda mais a tensão. "Aqui é tudo muito perigoso", diz Peter Mboyi, um jornalista local que foi acusado injustamente de ser partidário do Inkatha por ajudar a salvar um homem novo de ser morto em Sebokeng pelo método do "colar de fogo", um pneu velho que é colocado ao pescoço da vítima, regado com gasolina e incendiado, uma prática corrente na África do Sul.

"Quando se quer dar cabo de alguém basta dizer-se que essa pessoa anda sempre com o pessoal do Inkatha." Atente-se no caso de Jorjie Skapie. Um moço de 17 anos de Boipatong, Skapie foi raptado pelos parentes e compelido a passar por um ritual de iniciação tribal durante dois meses, no bantustão de QwaQwa. Pouco depois do seu regresso, Skapie viajou até Sebokeng para participar numa vigília nocturna em honra de dois elementos do MK abatidos pela polícia. Começaram a circular boatos que Skapie tinha passado os dois meses em KwaMadala. Apesar dos protestos, os enlutados presentes pontapearam e espancaram o rapaz, até que o encostaram à parede da igreja, fuzilando-o su-

mariamente com uma rajada de metralhadora AK-47. Hoje sabe-se que o assassinato de Skapie foi um engano tremendo.

A essência dos medos entre os negros está materializado em Victor "Khetizi" Kheswa, cognominado o Monstro do Vaal. Antigo membro do ANC e um "gangster" da Zona 7, Khetizi entrou em conflito com o ANC quando este lançou uma campanha anticriminalidade, em 1991. Os moradores de Sebokeng acusam Khetizi de ter morto o seu melhor amigo e de estar por detrás de um massacre em que foram abatidas 45 pessoas e outras 50 ficaram feridas. Bastou dizer alto o nome dele para que imediatamente 50 clientes negros, que estavam numa pizzaria de Vereeniging, abandonassem o local.

Os brancos também têm o seu monstro particular. Não tem nome, mas o poeta afrikaner Van Wyk Louw descreve-o em "Kaka", a história de uma aparição assassina que fascina e aterroriza os habitantes de uma pequena aldeia negra. Os ecos do poema de Louw sobre os receios brancos da ira dos negros detectam-se nas histórias das donas de casa de Vereeniging sobre jardineiros assassinos e nos relatos publicados na imprensa do assassinato em Março de uma mulher e duas crianças, em que aparece um preto jovem, "de olhos injectados de sangue", rindo às gargalhadas, ao mesmo tempo que despeja o carregador da AK-47 contra o carro da mulher branca.

O desassossego veio apenas agravar o mal-estar económico no Triângulo de Vaal. "A violência é responsável por muito dinheiro que não entrou", frisa George Murray, director-executivo da Vaal Gro, uma companhia constituída para atrair novo investimento à região. A escassez de capitais numa economia local afectada pelas sanções económicas, de par com uma queda no preço do aço e de todos os produtos minerais, teve como resultado um desemprego de dez por cento em Vereeniging e uma taxa de desocupação em Sebokeng que ascende aos 85 por cento. "A explicação é simples", avança o brigadeiro da Polícia, Floris Mostert. "Num clima de carência económica cometem-se mais crimes."

DESENCANTO. Os únicos segmentos da população que tiram vantagem da presente situação são os brancos extremistas de direita e os radicais negros. O Congresso Pan-Africano e o seu braço armado, o Exército de Libertação do Povo Azaniano, estão a angariar apoios entre os negros desencantados com o processo de negociação, a violência entre o ANC e o Inkatha, e que entusiasmam com a posição do movimento a favor de exigir terras dos brancos. Aubrey Motsoari, o presidente do Congresso Pan-Africano em Sebokeng, revela que o número de elementos que se quotizam para o movimento passou de mil para cinco mil durante o último ano.

O Partido Nacional, de De Klerk, está também a "arder". Uma recente sondagem

posiciona-o com apenas 25 por cento de apoios. "Estamos a perder votos, devido à incapacidade do governo para exercer o controlo e impor a lei e a ordem", diz Carel Kleynhans, um funcionário do Partido Nacional em Vereeniging. Tom Gunning, um elemento do Partido Nacional que sucedeu a De Klerk no Parlamento, em 1989, depois de ter derrotado pela margem de cinco votos o seu adversário do Partido Conservador, afirma que o Partido já nem se atreve a organizar um comício em Vereeniging com receio da pouca afluência e da possibilidade de perturbação provocada por militantes extremistas.

O Afrikaner Weerstandsbeweging (AWB), de extrema-direita, que oferece treino paramilitar aos seus membros, abriu uma sede em Vereeniging. Numa reunião, realizada recentemente na casa do comandante do AWB local, era perguntado aos candidatos a subir de posto na organização se estariam dispostos a matar mulheres brancas - um requisito essencial para todo o homem que vai participar na "Terceira Guerra Boer" contra os brancos que venderam a África do Sul.

A maior ameaça, apesar de tudo, poderá não estar nos extremistas que pretendem ver descarrilar as conversações de paz, mas sim nos dirigentes políticos que continuam sentados à mesa de negociações. No mês passado, por exemplo, mais de dois mil brancos confluíram para o auditório do Município de Vereeniging, de 1400 lugares, para escutar o ex-chefe das Forças Armadas, Constand Viljoen - o mentor da Afrikaner Volksfront, que está a negociar com o governo a constituição de uma República de Brancos - que explicou as razões porque a sobrevivência dos afrikaner está dependente da criação dessa república. Quando os estrondosos aplausos se calaram, Viljoen aceitou responder a perguntas do público. Logo a primeira pessoa a interpelar o orador perguntou-lhe o seguinte: "E que tal um golpe de estado?"

Uma semana depois, na comemoração do 16 de Junho de 1976, dia do massacre do Soweto, dez mil negros assistiram a um comício no estádio da Zona 7 de Sebokeng. Harry Gwala, um comunista da linha dura, oriundo da província do Natal, comparou a vitória do ANC contra o "apartheid" à derrota infligida pelo "camarada Estaline" aos nazis. Winnie Mandela deixou um sério aviso ao marido (de quem se separou) e a outros moderados: "Os nossos dirigentes", declarou, "não devem ser vistos a alinhar em tratos com o inimigo, quando as massas não participam do processo."

E contudo, se algo foi aprendido tanto por brancos como por negros na África do Sul, terá sido a reduzir o leque das suas expectativas. Ainda que seja necessário corrigir gritantes desigualdades, como por exemplo um sistema educativo que gasta três vezes mais com os brancos do que com os negros, os habitantes de Sebokeng estão longe de pensar

Continua na pág. 12

Renamo volta às conversações sobre a lei eleitoral moçambicana

Pinguepongue enervante

PÚBLICO, 31 7.93

José Pinto de Sá
em Maputo

Ao cabo de quatro meses de enervante pinguepongue político, a Frelimo, a Renamo e os "partidos emergentes" sentaram-se finalmente à mesa para debater um anteprojecto de lei eleitoral para o multipartidarismo em Moçambique.

Na quinta-feira, horas depois do início da conferência multipartidária para debate do anteprojecto, que vinha sendo sucessivamente retardada desde Abril, a Renamo considerava o documento "partidário e tendencioso" e declarava não estar "em condições de prosseguir". O seu representante na conferência, José de Castro, foi mais longe ao questionar a própria legitimidade do encontro e ao propor ao representante especial do secretário-geral da ONU

em Moçambique, Aldo Ajello, que convocasse urgentemente uma "comissão" integrando a Renamo, o Governo e "alguns outros partidos", assessorada por peritos internacionais, a fim de elaborar a lei eleitoral.

Aldo Ajello, declarando-se surpreendido, afirma a necessidade de "consultar Nova Iorque e reportar o assunto ao Conselho de Segurança". O representante de Butros-Ghali em Maputo considerou o assunto "muito sério" e preveniu que a proposta da Renamo, a efectivar-se, resultaria na anulação imediata das datas previstas para as eleições legislativas e presidenciais, em Outubro do próximo ano.

A maioria dos partidos, apoiando embora as críticas da Renamo ao texto do anteprojecto, consideraram que a conferência devia prosseguir e solicitaram à Renamo que reconsiderasse a sua posição. Tanto Aldo Ajello como Osumane Aly Dauto, o ministro da Justiça que preside à conferência, pediram igualmente a José Castro que regressasse, mas em vão... Aly Dauto teve de se contentar em dar por encerrada a sessão e marcar outra para segunda-feira, esperando que, até lá, a Renamo reconsiderasse...

As esperanças esfumavam-

se e a tensão política subia novamente. Nas horas que se seguiram multiplicaram-se as iniciativas tendentes a salvar a conferência. Na madrugada de ontem Aldo Ajello telefonou para a base central da Renamo, em Maringué, e obteve de Afonso Dhlakama a resposta desejada: a Renamo desiste da "comissão" legislativa sob a égide da ONU e vai retomar o seu lugar na conferência.

Uf!... Suspiro de alívio generalizado. A conferência está salva, mas resta ainda saber até quando. Considerando os inúmeros obstáculos que a sua realização vem encontrando nos últimos meses, qualquer optimismo tem de ser prudente.

Em princípios de Junho, na conferência internacional de doadores, a Renamo prometeu que forneceria "em breve" uma proposta de data para a realização de uma conferência multipartidária para discussão do anteprojecto de lei eleitoral.

Contudo, no dia 30, a Renamo declarava-se ainda indisponível para o encontro, informando que eventualmente faria chegar ao Governo as suas observações ao anteprojecto, por via da Comissão de Supervisão e Controlo do processo de paz.

A 18 deste mês, Aldo Ajello

anunciava que todas as comissões previstas pelo Acordo de Roma estavam constituídas, com excepção da Comissão Eleitoral, cuja criação depende directamente dos resultados do debate sobre a lei eleitoral. Ajello considerou "injustificáveis" quaisquer novos atrasos, instando as partes a acelerarem o processo de paz e normalização democrática no país.

No dia seguinte, o ministro Aly Dauto reuniu com representantes da Frelimo, da Renamo e dos pequenos partidos e a data de 27 de Julho ficou marcada para o início da conferência. No encontro, o quarto informal entre o Governo e os partidos para tentar alcançar consenso sobre a data, a Renamo declarou-se enfim disponível para debater os 284 artigos do anteprojecto de lei eleitoral.

Crisis várias

Ficavam para trás dois meses de negociações delicadas entre o Governo e os partidos da oposição, muitas vezes salvas "in extremis" graças à arbitragem de Ajello e à capacidade negocial de Aly Dauto, que surge como o mais brilhante elemento de um executivo que tem projectado uma imagem de inoperância e "cinzentismo".

Durante aquele período, não faltaram crises. Os partidos da oposição não-armada propuseram a criação de um Governo de transição, mas a Renamo não lhes deu o apoio esperado, o Presidente Chissano entrou pessoalmente na discussão para salvar o actual elenco governativo e os "emergentes" tiveram de abandonar a ideia.

Antes, fora o problema das sedes partidárias. O Governo foi protelando, apresentou alguns lo-

Continua na pág. 13

Continuação
da pág. 11

FUTURO INCERTO

que a esqualidez do seu aldeamento será transformada, da noite para o dia, numa Vereeniging. Diz King Mokgatla, capitão da equipa de basebal dos Sebokeng Cyclones, que pratica todos os dias num terreno esburacado e mal tratado na Zona 14: "Não esperamos mais do que melhores instalações e equipamentos."

VELHOS HÁBITOS. Mesmo para os brancos que estão na penúria, os velhos hábitos são difíceis de morrer. Num centro de acolhimento para os sem-abrigo, em Vereeniging, onde os brancos sem meios de subsistência têm de trabalhar para garantir sustento e tecto, um dos sujeitos contratou um preto para cortar a relva em vez dele.

Um número crescente de brancos, porém, percebem que se acabaram os dias em que o padrão de vida nos seus subúrbios segregados era o segundo, logo a seguir ao da Califórnia. "Estou na nova África do Sul e não tenho pro-

blema por isso", diz o advogado Stoffel Venter, cujos vizinhos são em 20 por cento negros. "Não é possível lutar contra a trovoadas; tem que se aceitar tal como é."

Para aqueles que assim procedem prevalece uma sensação curiosa de normalidade bem instalada. Nos fins-de-semana de Vereeniging, velhotes praticam "boling", miúdos brancos e pretos jogam futebol e o fumo dos assadores é visível à distância. Em Sebokeng, quando os chefes mais extremistas da Liga Jovem do ANC não estão a estudar o problema causado por um delinquente MIK, ou pelos tsotais ou uma Unidade de Auto-Defesa que descambou, então preparam a próxima iniciativa, destinada a reunir fundos - um concurso de beleza para escolher a "Miss Vaal Inverno".

As eleições previstas para o próximo ano continuam a ser a chave e o maior obstáculo à criação de uma África do Sul nova. Num

recente fim-de-semana, mil apoiantes do Inkatha regressaram a Sebokeng, facto sem precedentes desde 1990, transportados em quatro autocarros protegidos por 35 carros blindados da polícia. Radicais de ambas as partes tentaram criar confusão. Patricia Radebe, 16 anos, ia a passar com a família quando foi varada no abdómen por duas balas, disparadas por um atirador de dentro de um dos autocarros do Inkatha. "Não faço ideia porque é que essa gente fez isto", lamentava-se Notice Radebe, debruçada sobre o corpo da filha que se esvaía em sangue. "Eles não a conhecem, nem me conhecem a mim, nós nem ligamos à política."

Mas graças ao esforço infatigável dos monitores da paz no local, à polícia e aos dirigentes do ANC e do Inkatha, a violência, que poderia ter-se abatido uma vez mais sobre o Triângulo de Vaal, gerando um ciclo vicioso de assassinios e retaliações, foi evitada - pelo menos por agora. □

MOÇAMBIQUE

INTERVENÇÃO CIVIL

Acusações de violação do Acordo de Roma, tanto do Governo como da RENAMO marcaram esta última semana o cenário político no país. Preocupada com o evoluir da situação a sociedade civil decidiu, por isso, criar um fórum em defesa da paz.

SÁBADO, 30 7-7 8 93

● TERESA LIMA, em Maputo

A constatação de que o processo político no país está a ser refém da bipolarização e com fortes indícios de deterioração, um grupo de cidadãos moçambicanos, provenientes de diversos sectores de actividade, incluindo artistas, escritores, jornalistas e estudantes, decidiu na última semana criar um fórum cívico de defesa da paz.

Tendo como patronos o poeta José Craveirinha, o bispo Dom Dinis Sengulane, dirigente das igrejas anglicanas e o Sheik Aboobacar, líder do Conselho Islâmico de Moçambique, este fórum pretende definir um programa de "acções e

intencões" de forma a evitar que a paz seja apenas manipulada pelos políticos.

A preocupação central é de que o presente está a ser determinado pelo jogo de forças entre o Governo e a RENAMO, com pressões das Nações Unidas já consideradas como a verdadeira "terceira força" em Moçambique.

A rejeição de que a sociedade civil não pode de forma alguma ser refém das consequências das decisões dos vários poderes em presença, deter-

minou o aglutinar de preocupações comuns; preocupações essas centradas nos renovados atrasos da calendarização do processo em paralelo com a subida de tom das acusações mútuas.

Esta semana, a RENAMO acusou as tropas governamentais de terem tomado pela força três bases do movimento na província de Tete, no nordeste do país. Num comunicado já apresentado à Comissão de Supervisão e Controle (CSC), a RENAMO afirma que o exército utilizou blindados e num dos casos mais de quatrocentos homens armados. Por seu turno o Governo desmente ter utilizado meios violentos e que a tomada das bases foi de comum acordo com os militares da RENAMO ali estacionados. O executivo de Maputo argumenta que as três zonas, nomeadamente Tsisisse, Nicunga e Samoa foram ocupadas pela RENAMO já depois de 4 de Outubro, constituindo por isso uma violação ao Acordo de Roma.

Aldo Ajello, o representante de Boutros-

Ghali em Moçambique não escondeu a sua contrariedade face à actuação das forças governamentais, uma vez que, do seu ponto de vista, a ONU tem que ter tempo para investigar.

Ajello concorda que a ONU está a actuar lentamente, mas sublinha que ao tomar estas atitudes o Governo está a impedir os observadores militares da ONU de verificarem se a RENAMO ocupou ilegalmente as referidas zonas.

"Não temos mandato para agir militarmente, mandar tropas e tirar a RENAMO de lá", referiu Aldo Ajello, "mas temos autoridade moral para pedir a retirada se esse for o caso."

Ao mesmo tempo, o Governo acusou também esta semana a RENAMO de ter ocupado recentemente três aldeias na província nortenha de Cabo Delgado.

São 43 as acusações de violação dos acordos apresentadas pelas duas partes e que começaram já a ser discutidas pela Comissão de Cessar Fogo.

Este fim-de-semana, o chefe da ONU-MOZ deslocou-se a Maringué para mais um encontro com Afonso Dhlakama que se mantém irredutível no seu quartel general da Gorongosa, considerado a segunda capital moçambicana. Aliás, observadores consideram que as múltiplas visitas de diplomatas e políticos a Maringué constituem um encorajamento para Dhlakama não sair de lá.

Ajello, por seu lado, afirma que para realizar o seu trabalho tem de contactar as duas partes, sendo impossível evitar que tal aconteça. A falta de confiança entre os dois signatários do acordo de Roma parece ser a causa e o fim do tão falado encontro en-

Continuação da pág. 12

Pinguepongue enervante

cais que foram prontamente recusados, acabou por entregar algumas casas à Renamo e por prometer outras aos outros, que vão esperando...

Adado passo, foi o próprio papel consultivo da conferência a ser posto em questão. Inicialmente o Governo pretendia que a conferência multipartidária fosse apenas de consulta, "cabendo à Assembleia da República a decisão final". A oposição insurgiu-se em bloco, alegando o monopartidarismo da actual Assembleia. O Governo acabou por ceder: a conferência (ex-consultiva) elaborará um texto que a Assembleia da República deverá apenas ratificar, sem lhe introduzir alterações substanciais.

Por fim, foi uma estória de dinheiro para custear as despesas dos convidados da Renamo à conferência. A Renamo queria que o Governo pagasse; O Governo disse que sim, mas acabou por retroceder, quando Ajello autorizou que a Renamo usasse para o referido fim um "trust fund" de dez

milhões de dólares já existente. A coisa esteve feia e a conferência voltou a estar em risco... dois dias antes da abertura.

Entre ventos e marés a conferência arrancou, para afinal quase morrer à nascença, no dia 29, e ser salva pelos cabelos pelo telefonema de Ajello a Dhlakama, horas depois. A evolução desta última crise veio mostrar, uma vez mais, a premência de um encontro Chissano-Dhlakama para que o processo de paz em Moçambique possa ser agilizado.

Pressionado há meses para se encontrar com Joaquim Chissano, Afonso Dhlakama parece agora pronto a deixar Maringué e viajar para Maputo. O líder da Renamo teria cancelado uma visita pré-eleitoral a outras terras do país, favorecendo o encontro com o Presidente Chissano. Um alto responsável da Renamo anunciou que o encontro poderá realizar-se já na próxima semana, se forem ultrapassadas certas questões "protocolares e de segurança". ■

Continua na pág. 14

Ex-guardas agitam Maputo

EXPRESSO, 31.7.93

Refinaldo Chilenge
correspondente
em MAPUTO

A TENSÃO e o medo aumentam nas grandes cidades moçambicanas, incluindo Maputo, à medida que se aproxima o dia 3 de Agosto, data-limite fixada pelos desmobilizados do regimento da guarda presidencial para a satisfação das suas reivindicações.

Os mais de mil membros deste corpo de elite ameaçam desencadear acções violentas em todas as cidades, nomeadamente saques e levantamentos de barricadas nas principais vias, se as suas exigências não forem satisfeitas até quarta-feira, o mais tardar. Segundo garantem, os alvos da pilhagem estão já seleccionados.

Queixando-se de terem sido

utilizados e abandonados à sua sorte no fim da guerra, os desmobilizados da guarda presidencial exigem o pagamento do salário de Março e um alegado aumento de 23 por cento a que teriam direito, descontado na Cadeia Central da Machava, aquando dos motins de Maio no quartel desta força, em Magoanine. Nessa altura, uma força conjunta da polícia e do exército invadiu o complexo de Magoanine, no auge da revolta dos desmobilizados contra os responsáveis da Casa Militar, que eclodira no início do ano na sequência das desmobilizações.

Os desmobilizados reivindicam ainda o reembolso da quantia que alguns deles afirmam ter perdido devido a burlas praticadas por oficiais no activo da Casa Militar e desejam saber a sorte de

seis companheiros que na noite de 24 de Março se reuniram com o Presidente Chissano e são dados como «desaparecidos».

Exigindo explicações a Joaquim Chissano sobre as promessas alegadamente feitas pelo Presidente no referido encontro — o pagamento de três milhões de meticais (o equivalente a cerca de 150 mil escudos) a cada desmobilizado da Casa Militar —, os contestatários querem igualmente informações sobre o paradeiro dos grevistas que dizem ter sido mortos durante a revolta de Magoanine. Segundo afirmam, os mortos terão sido enterrados numa vala comum perto do quartel.

Os amotinados garantem ter informado das suas intenções o presidente da Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra (Amo-

deg), o Procurador da República e o Cardeal de Maputo. Uma fonte da Procuradoria confirma que a carta foi recebida e posteriormente remetida «a quem de direito».

Numa derradeira tentativa para acalmar os ânimos dos antigos soldados, a Amodeg, a Cruz Vermelha moçambicana e outras organizações não-governamentais estão a tentar recolher donativos de toda a espécie para oferecer aos desmobilizados.

«Pedimos para toda a gente ajudar esses militares, a fim de se evitar a violência, porque eles conhecem quase todos os segredos militares do país e podem provocar muitos estragos», apelou um destacado funcionário da Amodeg, que referiu serem ainda «muito insignificantes» os donativos recebidos até agora.

Continuação
da pág. 13

INTERVENÇÃO CIVIL

tre Chissano e Dhlakama, com várias datas marcadas sempre adiadas.

A livre movimentação dos cidadãos em todo o território nacional e a interpretação que a RENAMO dá a esta questão tem aumentado o volume das divergências entre as partes. O encontro dos dois líderes é apontado como crucial na resolução deste diferendo, havendo vozes a defender que se pague na mesma moeda, ou seja, que os elementos da RENAMO, nas "zonas do Governo", sejam igualmente detidos e impedidos de circular.

Entretanto, tanto Joaquim Chissano como Afonso Dhlakama vão aproveitar

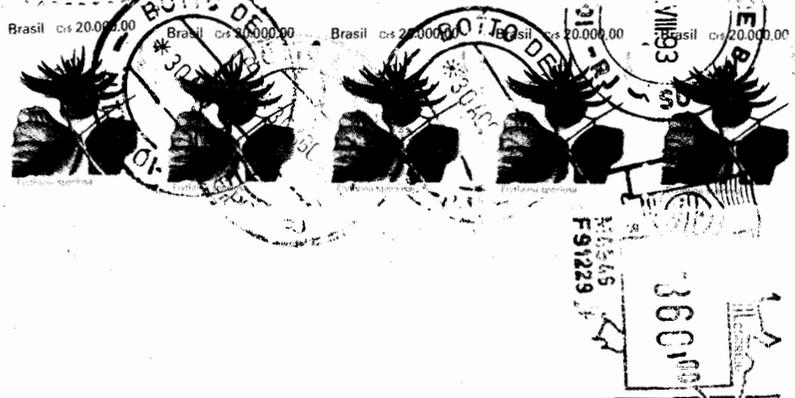
do para, em digressões território afora, irem fazendo as suas campanhas eleitorais, quando em Maputo começa, ainda esta semana, a discussão sobre o ante projecto da lei eleitoral. A RENAMO apresentou já a sua proposta ao projecto, a qual vai ser analisada pelo Governo em conjunto com os doze partidos políticos da "oposição não armada".

No preâmbulo existe já um próximo pomo de discórdia: a RENAMO exige que a proposta a sair desta reunião de consulta seja ratificada pela Assembleia da República, o que segundo ju-

ristas, não tem cabimento uma vez que o Parlamento, como órgão soberano do poder do Estado tem "como competência aprovar acordos e tratados e não propostas."

Um passo positivo foi no entanto dado nos últimos dias com a aprovação da Declaração de Lisboa na primeira reunião da Comissão de Criação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFADM). Portugal, Inglaterra e França estão formalmente autorizados a formarem o novo exército único, tendo sido já feito um acordo sobre o início da instrução no campo militar de Nyanga, no Zimbábwe. □

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Glória da Colômbia e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask exchange.



I M P R E S S O